

A AMÉRICA COMEÇA NOS PIRINEUS: AS RELAÇÕES IBÉRICAS NA “RAIA” PORTUGUESA E A FRONTEIRA DA EUROPA COM A AMÉRICA LATINA

AMERICA BEGINS IN THE PYRENEES:
THE IBERIAN RELATIONS IN THE PORTUGUESE
“LIMIT” AND THE BORDER OF EUROPE WITH LATIN AMERICA

José Luiz de Moura Filho¹



RESUMO

Discute-se o arranjo institucional denominado Euroregião Galiza/Norte de Portugal, para contribuir no processo de integração em curso na América do Sul – MERCOSUL - tomando-se por parâmetro a atual organização política, econômica e socio-espacial de aglomerados transfronteiriços como Chuí/Chuy, na fronteira do Brasil com o Uruguai. Teoricamente centrar-se-á nas categorias “cooperação sem governo (central)” e “complementar para competir”, que pautam a cooperação transfronteiriça naquela porção da UE, sem descuidar de conceitos caros ao ordenamento territorial como “região”, “fronteira” e “cultura”, historicamente

relativos e fugazes em momentos como o que vivem os Estados-Nação, na presença de fenômenos como a globalização. A investigação da ocorrência de metodologia de análise socio-espacial semelhante àquela consistente na dialética entre os circuitos superior e inferior da economia urbana (Milton Santos, 2004), flagrante no espaço paradigmático através da presença de *free shop* e vendedores ambulantes, poderá contribuir para a superação do dilema “integração regional x concorrência local”. Parte-se da concepção de uma “cultura de fronteira” como elemento de integração das realidades territoriais envolvidas, sobretudo quando articulam Estados Nacionais em blocos, como o MERCOSUL e a UE. Naquele caso

¹ Professor Adjunto do Departamento de Direito da Universidade Federal de Santa Maria – Santa Maria-RS. Estágio na UMINHO (Portugal), na área de Cooperação Transfronteiriça (2009) e bolsista CAPES em Pesquisa Pós-Doutoral no Exterior, junto ao Centro de Estudos Sociais (CES) – Universidade de Coimbra. E-mail: zecamoura@smail.ufsm.br. Endereço para acessar este CV: <http://lattes.cnpq.br/2827867861087587>

observa-se que a ação estatal voltada ao desenvolvimento urbano responde a pressões do circuito superior, aprofundando assimetrias nos espaços urbanos compartilhados. A complementaridade entre os circuitos da economia urbana nestas cidades aparece como solução que, somada à ação do Estado para dispersão no território de equipamentos sociais, possibilita a (re)apropriação, pelas populações locais, dos espaços tomados pelo econômico. Isso acaba por conformar uma nova identidade, portadora de valores que estão na base de uma comunidade, objetivo maior a ser perseguido por projetos de integração e desenvolvimento regional. A relação com a UE, então, se dá em razão da similaridade de condições jurídico-políticas (poder local/tradição municipalista) e de indicadores socioeconômicos, restando, pois, analisar os arranjos político-institucionais indispensáveis.

Palavras-chave: Cooperação transfronteiriça; Relações Ibéricas Portuguesa; Fronteira; Europa; América Latina; Mercosul.

ABSTRACT

The Research aims to meet the institutional arrangement called Euro-Region Galicia/North of Portugal, to contribute to the ongoing integration process in South America - MERCOSUR - taking as a parameter the current political, economic and socio-spatial organization of cross-border agglomerates Chuí/Chuy, on the border between Brazil and Uruguay. Theoretically, it will focus on the “cooperation without government

(central)” and “complementary to compete” categories, that guide cross-border cooperation on that the EU portion, without neglecting expensive land planning concepts as “region”, “frontier” and “culture”, historically relative and fleeting at times like the living Nation-States, in the presence of phenomena such as globalization. The investigation of the occurrence of socio-spatial analysis methodology similar to that consistent in the dialectic between the upper and lower circuit of the urban economy (Milton Santos, 2004), flagrant in the paradigmatic space through the presence of free shop and street vendors, can contribute to overcoming the dilemma “regional integration x local competition”. It starts with the concept of a “border culture” as an integrating element of territorial realities involved, especially when they articulate National States in blocks, such as Mercosur and the UE. In that case it is observed that the state action geared to urban development responds to the upper circuit pressures, deepening asymmetries in shared urban spaces. The complementarity between the circuits of the urban economy in these cities appears as a solution that, combined with the action of the state for dispersion in the territory of social facilities, enables the (re)appropriation, by the local populations, of the spaces taken by the economic. This ends up forming a new identity, carrier of values that are at the basis of a community, the greater goal to be pursued by integration projects and regional development. The relationship with the UE, then, happens because of the similarity of legal and political conditions (local government/municipalist tradition) and socioeconomic indicators, leaving,

therefore, to analyze the indispensable political and institutional arrangements.

Keywords: Cross-border cooperation; Portuguese Iberian Relations; Border; Europe; Latin America; Mercosul.

INTRODUÇÃO

O presente artigo é resultado de um Estudo (comparado) de caso realizado na fronteira Portugal/Espanha, acerca da cooperação transfronteiriça, como forma de subsidiar o processo de integração denominado Mercado Comum do Sul – MERCOSUL, que se justifica em razão das semelhanças em termos culturais e socioeconômicos, do ponto de vista dos territórios estudados. A Metodologia utilizada baseou-se, fundamentalmente, em Revisão Bibliográfica, análise documental e entrevistas com autoridades portuguesas e espanholas com atuação na temática, por meio de órgãos públicos ou entidades privadas. O trabalho é parte da Tese de Doutorado do autor, experiência financiada pela CAPES, por meio do Programa de Doutorado com Estágio do Exterior (sanduíche) junto à Universidade do Minho, e agora revisitado por meio da Pesquisa Pós-Doutoral financiada pela mesma agência, porém junto ao Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra.

Seu título foi inspirado na pioneira obra *El Bloque Iberoamericano: Punto de vista de un español*, datada de 1953, de autoria de Manuel Fuentes Iruozqui, quem

se revelou visionário de uma cooperação transatlântica ao propor uma maior aproximação e intercâmbio econômico entre os países da Península Ibérica e os Latino-americanos. Este autor chega a afirmar que a identidade entre ambos não se encontra somente nas origens, mas, avança sobre os destinos, ou seja, uma história que se faz não só a um mesmo tempo, mas, também, num mesmo espaço: para ele, a América começa nos Pirineus.

Assim, a experiência europeia em termos de integração pode servir de parâmetro, porém de forma limitada, já que, embora a EU, ao iniciar o processo de abolição das fronteiras, ainda em 1985 (Espaço Schengen), tenha passado a enfrentar problemas que caracterizam estas zonas em todo o mundo, adotou estrutura institucional diversa, conforme previsão original, qual seja, uma comunidade política, mais que meramente econômica.

Do ponto de vista fático, então, a fronteira luso-espanhola não difere muito de outras regiões fronteiriças do mundo, ou seja, é uma área predominantemente rural, com baixa densidade demográfica, atividade econômica basicamente primária, população envelhecida e com poucos recursos, mas com grande identidade cultural, fruto da união de famílias da região, como se pode ver em Cavaco (1997).

Ocorre, porém, que, tendo a UE adotado um processo de integração do tipo “comunitário” e não meramente “inter-governamental”, instrumentos, antes meramente informais, foram institucionalizados para fazer face à situação, ao passo que no cone sul da América Latina, os instrumentos de cooperação continuam a ser aqueles de tipo tradicional

(Tratados Internacionais), cuja efetivação somente se experimenta depois de todo um procedimento formal e burocrático, a demandar tempo não só para sua elaboração como, também, internalização à legislação nacional.

Ademais, os aglomerados urbanos que se formaram na Europa conhecem escalas bastante distintas, em termos espaciais/populacionais, se comparados àqueles verificados nas fronteiras da América Latina, o que facilita eventuais intervenções com vistas às correções de rumos em processos de integração em países periféricos.

A conclusão interessante chegou Lopes (1993), no sentido de que o projeto da União Europeia provocou o processo de integração regional, já que à cooperação entre nações, por meio da formação de blocos, soma-se aquela mais local (fronteira), cujos efeitos (positivos e negativos), não raras vezes se refletem em escala maior e intermediária, ou seja, apresentam-se de forma transfronteiriça, por meio do transbordamento das ações – conjuntas ou não – para o território oposto, estabelecendo verdadeiras redes socioespaciais, configurando assim um fenômeno transfronteiriço, do qual o sucesso daquele bloco é também dependente.

De sua parte Covas (1992, p. 2 apud LOURENÇO, 1998) chama a atenção para uma postura bastante peculiar dos Estados Nacionais quanto a estas porções do território, no que tange à articulação política bilateral. Tal postura passou a ser denominada de “Cooperação sem Estado”, no sentido de que os atores locais, muitos deles privados, passaram a assumir o protagonismo da integração, ante a falta de acesso destes aos organismos

internacionais e a certo desinteresse dos Governos centrais por estas áreas.

A partir de então, o mesmo autor tece considerações acerca do chamado desenvolvimento endógeno, modelo também defendido pelo novo Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira brasileiro (PDFF), conduzido pelo Ministério da Integração Nacional, nos seguintes termos:

Assim, para se criarem soluções de partida para o desenvolvimento endógeno destas regiões de fronteira e para se garantir que os mecanismos de mercado funcionem correctamente defende-se a tomada de decisões no espaço físico do sistema real (nessas regiões fronteiriças). Nesse sentido apela-se à existência de poderes regionais e ao conceito de Stohr de desenvolvimento a partir de baixo, pois só assim estas regiões ganharão uma dinâmica autosustentada (LOURENÇO, 1998, p. 265).

Em estudo específico para a Beira Interior, Lourenço (1998, p.267) elenca o que parecem ser, não só as características da região de fronteira Portugal/Espanha, mas, pré-requisitos à adoção de uma matriz de desenvolvimento de natureza endógena, como contínuos contactos sociais e econômicos; relações comerciais, viagens, migrações; intercâmbio de trabalho; festas comuns; matrimônios mistos; e, apropriações linguísticas. Curioso é o fato de que um elevado número de contribuintes de Navasfrías (espécie de tributo) pertence às freguesias vizinhas de Aldeia do Bispo, Lageosa e Fóios, do que se deduz a grande intensidade e importância de uma economia paralela, apoiada em relações interpessoais e no intercâmbio

irregular, o contrabando, gerador de uma grande dinâmica, de rendimentos elevados e de fortes laços de amizade, de cooperação e inter-ajuda.

Neste particular, avança para uma tese que também é a regra, onde quer que se verifiquem fronteiras entre Estados Nacionais, ou seja, o monopólio das decisões a elas referentes nos Governos centrais respectivos, o que se afigura singular, pelo fato de que isso continue a ocorrer, mesmo na presença de um bloco com as proporções e o nível institucional já atingido pela União Europeia.

Para Castro (2008) as origens institucionais da cooperação transfronteiriça entre Portugal e Espanha se encontram na ratificação da Convenção de Madri, do Conselho da Europa, ocorrida entre 1989 e 1990. Sua efetivação resultou, através do Tratado de Valencia, no reconhecimento da atuação de estruturas locais de cooperação, inclusive, com personalidade jurídica, o que teria se dado em dois momentos: um, de instalação, e outro, de capilaridade de tais entidades, caracterizado-se o primeiro por iniciativas bilaterais, e o segundo, por ações comunitárias.

Nesta mesma obra, encontra-se um estudo acerca do grau de participação dos diferentes protagonistas que compõem estas instituições de cooperação, cuja principal conclusão apontou para a predominância das lideranças locais nos projetos apresentados e desenvolvidos. A esta, se segue uma considerável participação de atores regionais, e uma tímida atuação das entidades empresariais, o que

pode estar vinculado a três fatores, respectivamente: a dotação de personalidade jurídica dos primeiros; a não institucionalização dos segundos; e, a falta de clareza dos terceiros, quanto à necessária complementariedade para competir.

Aqui, também, parece revelar-se um paradoxo, ainda que em termos, ou seja, o European Employment Services (EURES), Transfronteiriço Norte de Portugal/Galiza, é a única “filial” entre os países ibéricos das 22 existentes entre as fronteiras nacionais da Comunidade Europeia. Ou seja, trata-se de um organismo que depende, fortemente, da colaboração da iniciativa privada, dado que tem por área de atuação a colocação em emprego e o “auto-emprego”². Mesmo que se possa atribuir tal sucesso à busca de mão-de-obra com menor custo, a experiência tem se consolidado como um “piloto” da integração regional, já que data de 1997.

Analisando-se a estrutura e funcionamento do EURES-T, constata-se a peculiaridade de sua natureza jurídica, o que poderá servir de parâmetro para a superação do propalado “*deficit* institucional”, no âmbito do MERCOSUL. Isto porque, do ponto de vista da organização socioeconômica das cidades-gêmeas da fronteira Uruguai/Brasil, estas já contam com um Acordo Internacional de Trabalho, Estudo e Residência, facilitador da mobilidade das pessoas na região fronteiriça correspondente, num raio de 20 km para o interior de cada um dos países sul-americanos. No caso ibérico, a abrangência territorial do EURES Norte de Portugal/

² Orientação a trabalhadores autônomos sobre o exercício profissional em ambos os lados da fronteira.

Galiza vai de Braga, em Portugal, a Vigo, na Espanha, ou seja, é bem mais ampla.

Promovido pela Comissão Europeia, o organismo adota a personalidade jurídica definida pelo país que o sedia, de forma alternada, sempre por um período de três anos, sendo constituído de uma Presidência, um Comitê Diretivo, composto por representantes das entidades parceiras, e uma Executiva, constituída de pessoal técnico.

Quando está sediado na Espanha, fica sob a jurisdição da Xunta de Galícia, e é coordenado por um membro português, e quando está sediado em Portugal, adota a personalidade jurídica do Instituto do Emprego e Formação Profissional (IEFP), ficando sob a coordenação de um representante espanhol, como forma de dar um certo equilíbrio à governança do órgão.

É ainda Lourenço (1998, p. 305) quem afirma:

A cooperação transfronteiriça é um fenómeno complexo e dinâmico. É complexo, porque não existem soluções idênticas para situações similares que exigem soluções específicas. E, também, porque se combinam as acções de estado, organizações internacionais e entidades regionais em que se encontram interesses opostos para o qual se deve convergir. É dinâmico, porque estão em causa laços de amizade e cooperações formal e informal. [...] Há aqui uma clara contradição entre a actuação da União Europeia e os Estados-membros. Por um lado, a União Europeia fomenta o princípio de subsidiariedade (art.º 3 B do TUE) e a coesão económica e social (art.º 130, A-D do Tratado da União Europeia) e, por outro lado, os Estados membros manifestam

certa apreensão em prosseguir esses mesmos princípios.

Não é distinto o caso do Acordo acima referido, já que se dá no marco do MERCOSUL, em que apenas uruguaios e brasileiros são beneficiados, e não os habitantes da região de fronteira. Isto exclui uma série de nacionalidades aí radicadas bem antes do processo de integração, como os “árabes”, notadamente sírios, libaneses e palestinos. Este processo, inclusive, se alargou com a participação da Venezuela, como membro, e de “associados”, como a Bolívia e o Chile.

Ao abordar a experiência dos países do antigo BENELUX², em termos de fronteiras, Alexandre Neto (1999) revela seus prós e contras: no primeiro caso, ao vislumbrar aí a possibilidade de materialização do próprio objetivo da integração territorial, com a afluência de população e interarticulação de atividades econômicas; e, no segundo, se tornando apenas ponto de passagem, mesmo aquelas com alguma significância, manifestando, assim, aquilo que se denomina “efeito de dupla perifericidade”.

Isto nos remete ao caso brasileiro da Metade Sul do Rio Grande do Sul, denominação que já se transformou em termo pejorativo, eis que vinculada a uma região considerada econômica e socialmente deprimida, onde se inserem os Municípios brasileiros estudados na tese, não sendo o caso do norte do Uruguai, espaço imediatamente contíguo, dadas as características de ocupação desse país, pelas bordas.

Quando trata dos programas INTERREG I e II, como medidas com

³ Bloco econômico formado por Bélgica, Holanda e Luxemburgo.

vistas à atenuação desta realidade, o autor (1999) afirma que isso se deve em razão de, no decorrer do processo de consolidação da UE, as regiões de fronteira são as que primeiro sentem seus efeitos nas suas respectivas economias, já que se encontram *vis a vis* com outro sistema interno. Ressalta, porém, que estes efeitos nem sempre são negativos, já que possuindo um viés também político, implica em aumento da interdependência e da interpenetração, simbolicamente positivas em termos de integração.

Ao fazer uma retrospectiva das iniciativas de cooperação, Reigado (2002, p. 573) noticia que:

É longa a história dos debates, reflexões e propostas para a criação de uma Europa unida, remonta, pelo menos, ao século XIV, com os trabalhos de Pierre Duboi. No Século XIX, Victor Hugo foi um dos maiores defensores de uma União Européia, como via para se conseguir a paz e a liberdade.

Este mesmo autor elenca o que considera “algumas das principais barreiras à mobilidade de recursos e de bens e serviços que perduram depois de abolidas as fronteiras legais”, o que chama de “fronteiras psicológicas ou contra-poderes”: movimentos políticos e/ou grupos de opinião e grupos econômicos, cujos argumentos giram, normalmente, em torno da possível perda da soberania nacional e a proteção de setores-chave da economia regional, talvez por isso que, mesmo superada a fase de concentração nos poderes centrais das iniciativas no espaço fronteiriço, seja o empresariado ainda o segmento com menor atuação

nos projetos conjuntos, como detectado no estudo antes referido (REIGADO, 2002, p. 575).

Já, no que tange às denominadas “fronteiras econômicas e sociais”, Reigado (2002, p. 576) afirma que diferentes níveis de desenvolvimento, em ambos os lados da fronteira física, determinam o sentido da mobilidade, seja em busca de emprego, seja de consumo. Da mesma forma, entende que a língua e a cultura seriam entraves à mobilidade, enquanto que a deficiente circulação de informações, sobretudo a falta de diálogo entre empresários e sindicatos, estaria na origem do surgimento de conflitos entre trabalhadores, face à concorrência de uma mão-de-obra mais barata de um dos lados. Ainda, a desproporcional intensidade e sentido do fluxo de capitais, em razão de uma legislação fiscal mais favorável de parte de um dos Estados Nacionais e, por fim, as dificuldades de intercâmbio causadas pela concorrência de produtos e serviços, a partir de uma semelhança em termos de estrutura e recursos econômicos de ambos os lados da raia.

Reigado (2002, p. 577) adentra ao depois, nas “fronteiras institucionais”, ou seja, ao problema de carência de instituições vocacionadas e com experiência de coordenação de programas de desenvolvimento transfronteiriço. Ressalta que, mesmo em nível interno, são poucos os casos em que as estruturas de descentralização regional e local, e correspondentes poderes de decisão, sejam suficientemente compatíveis para facilitar as negociações entre parceiros e a concertação de estratégias.

Reigado (2002, p. 578) procura, também, identificar, resumidamente, os entraves à cooperação:

1. a actual centralização política e administrativa especialmente em Portugal;
2. o quase monopólio da Administração Central em matéria de relações exteriores;
3. a divergência na repartição de competências de um lado e de outro da fronteira;
4. a inexistência de estruturas institucionais vocacionadas e com experiência para a cooperação transfronteiriça (grifos no original).

Para este autor, há, ainda, as “fronteiras culturais e linguísticas”, dado que a formação de nações independentes tem por base a diversificação de culturas e, por vezes, de línguas ou dialetos. Ademais, as regiões de fronteira, em geral afastadas dos grandes centros urbanos, são marcadas por traços de cultura popular. Estes se traduzem em determinados comportamentos da população, marcados pela ausência ou fraqueza de fluxos informativos. A superação de tal obstáculo não pode ser encarada separadamente daqueles de natureza econômica, social, desportiva, científica e tecnológica, exigindo, porém, uma atenção particular, por ser mais complexo e mais longo (REIGADO, 2002).

Reigado (2002, p. 582) lembra, ainda, das barreiras de ordem orçamentária, calcadas na “ausência de rubricas orçamentais especificamente transfronteiriças; ausência de orçamentos comuns transfronteiriços e problemas formais no caso de co-financiamentos transfronteiriços”.

Outros obstáculos à cooperação transfronteiriça citados pelo autor (2002, p. 590) são:

[...] níveis e ritmos de desenvolvimento desiguais; fragilidade das relações entre organizações empresariais; problemas de integração no mercado de trabalho; não aproveitamento conjunto de recursos complementares existentes de um e de outro lado da fronteira; intercâmbio comercial entre ambas as zonas realiza-se com produtos dos mesmos ramos produtivos, ainda que cada uma tenha uma certa especialização em termos de exportação.

Concluindo, Reigado (2002, p. 593) entende que “Para além disso, para que a cooperação transfronteiriça seja uma realidade é necessário a criação de uma estrutura organizacional transfronteiriça, que garanta a eficácia e continuidade dessa mesma cooperação” (grifos no original). Razão pela qual se buscou, no contato com os agentes desse processo, acesso aos Projetos concebidos com este propósito, e para esta região, dos quais participem a qualquer título, como subsídio para a proposta constante da Tese da qual este artigo é parte, tendo-se optado pela experiência da chamda Euroregião Galiza-Norte de Portugal, em face dos bons resultados que vem apresnetando.

A EXPERIÊNCIA DE COOPERAÇÃO MINHO (VALENÇA) GALIZA (TUI)

A coleta de dados para a realização do Estudo de Caso, demandou a escolha de uma das instituições voltadas à cooperação transfronteiriça, o que não foi fácil, dado que, se se considerar somente aquelas que têm atuação exclusivamente na

região objeto do mesmo, Galicia/Norte de Portugal, tem-se algo em torno de uma dezena de entidades, com objetivos diversos e mesmo sedes em locais distintos, além de natureza jurídica, composição e âmbito de atuação bastante variados.

Desta forma, optou-se por uma amostragem a partir de um critério mínimo, através do cruzamento das variáveis “escala espacial” e “institucionalidade”, chegando-se, assim, ao Instituto do Emprego e Formação Profissional/*European Employment Services* (IEFP/EURES), em razão de seu caráter supranacional, comunitário, e a ausência de um organismos com estas características no MERCOSUL, aspecto já sobejamente apontado como uma das suas fragilidades e, pois, razão de sua pouca efetividade, em termos de interação.

Ademais, trata-se de um ente da UE, cuja atuação permite, além de conhecer a política comunitária europeia, em termos de mobilidade de trabalhadores, identificar quais os setores da economia nesta região se apresentam como potencialmente inovadores. Sem falar no fato de que, sendo o MERCOSUL um processo de integração ainda meramente econômica, e tão somente intergovernamental, padece com a falta de instituições supranacionais, *deficit* este considerado mesmo um dos maiores entraves ao seu avanço e efetivação, cuja forma de redução e conhecimento da experiência daquele órgão comunitário pode ajudar a indicar ao final da Tese.

Tomando-se as atividades por setor, classificação mais tradicional e básica para aqueles que não têm formação na área, como é o caso do investigador, abordam-se os ramos primário, secundário e

terciário, em função do quantitativo de pessoal empregado, e não em volume de produção, ou mesmo de recursos financeiros movimentados, investimento/faturamento/arrecadação, já que o órgão consultado dedica-se à colocação de trabalhadores no mercado regional, compreendido pelos Municípios fronteiriços de cada um dos países envolvidos.

Assim, na agropecuária, a produção de carne de vaca e de leite, é ainda bastante presente na zona, embora este tenha sofrido um processo de modernização significativo, em termos de mecanização. Já os hortifrutigranjeiros experimentaram uma evolução, da mera subsistência ao abastecimento da população da região, em razão do forte crescimento urbano experimentado pela rede de cidades do entorno. Em termos extrativos, o granito continua a ter lugar no primário local.

Já na indústria, o beneficiamento deste, associado à conserva de peixe e ao segmento têxtil, são atividades de longa data praticadas na região, sem falar na vitivinicultura, tradicionalmente associada às denominações “do Porto” e “Alvarinho”. A construção naval também é representativa no contexto regional.

Por fim, no ramo dos serviços, além do comércio, que historicamente se valeu das “vantagens comparativas”, outrora proporcionadas pelo câmbio, houve sempre um turismo de natureza mais religiosa, ainda que pouco organizado e explorado em termos de planejamento, e mesmo em turismo de verão, em função da proximidade do litoral.

Quanto às atividades ditas “modernizadoras”, esclareça-se que o adjetivo aqui empregado tem o mesmo sentido daquele utilizado por Santos (2004), ou seja, em

função não só das novas tecnologias adotadas para o incremento da produção, mas, também, de certa contemporaneidade de sua emergência, enquanto segmento de peso na economia da região.

Ocorre que, a par de atividades verdadeiramente novas, tem-se aquelas tão somente “renovadas”. Estas últimas, surgem como fruto dos “novos” gostos dos consumidores, também considerados na teoria de Santos (2004), como é o caso do turismo rural, por exemplo, como representante máximo das atividades assim classificadas. Já as primeiras, se revelam extremamente produtivas, a partir do emprego de uma série de técnicas de planejamento, consideradas “modernas”, como é o caso do turismo religioso representado, *in casu*, por Santiago de Compostela que, historicamente tomou a forma de mera “peregrinação”, normalmente individual e, pois, solitária, a um dos santuários católicos mais conhecidos no mundo, e agora vê-se reforçada por verdadeiros planos de *marketing* e logística, a atrair multidões, quase que em procissão.

Desta forma, e adotando o mesmo critério de arrolamento anterior, para as atividades ditas tradicionais, passa-se a tecer breves considerações acerca daquelas chamadas “modernizadoras”. Fazendo jus à postura de Santos (2004) frente ao termo por ele inicialmente adotado, e depois alterado, denominam-se aquelas de “emergentes” ou “inovadoras”, por tratar-se de um segmento realmente novo, como é o caso do turismo rural, por exemplo, e estas, em função da evolução no processo produtivo, em termos da adoção de novas tecnologias, como a nanotecnologia no setor têxtil.

No segmento primário, como antes referido, o que parece mais significativo é certa alteração intra-setorial em termos de importância. Ou seja, o avanço da pecuária vem se verificando a partir da especialização da criação do gado com foco mais no setor leiteiro do que no “de corte”, e seu consequente processamento na escala industrial, o que se tratará já no secundário.

Em termos de beneficiamento, tanto a indústria têxtil como a naval vem se apresentando como inovadora, a partir de avançadas técnicas de engenharia, nesse caso através dos navios cismicos, que se somam aos tradicionais cargueiros e *ferrys*, por exemplo; e naquele, por meio do recente Instituto de Nanotecnologia que, apesar da sede em obras, já se encontra em funcionamento na cidade de Braga, o que em muito vai revitalizar o setor.

Outro ramo tradicional que se renova, é o automotivo, como é o caso da fábrica da CITROEN, em Vigo (Galícia/Espanha), cuja instalação fez surgir no entorno imediato uma série de outras pequenas indústrias fornecedoras de peças e componentes àquilo que hoje, mundialmente, melhor se denomina, e com certa precisão, de montadoras.

Destaca-se, também, uma indústria farmacêutica que, embora já um tanto antiga na zona, pode ser considerada incipiente, do ponto de vista da pequena participação em termos de ocupação da mão-de-obra, já que exige alta qualificação, que as condições gerais das zonas fronteiriças não revelam, em especial, na presença de uma significativa evolução daquilo que atualmente se denomina Biotecnologia.

A indústria do vinho, por seu turno, ganha foros de inovadora, a partir dos tais

“novos gostos” dos consumidores: neste caso, poder-se-ia dizer que o consumo de produtos de “grife” atinge as bebidas, sob a forma de “certificados de origem”, internacionalmente reconhecidos. Ou seja, se só se pode chamar de *champagne* aos espumantes oriundos da região de mesmo nome, na França; passa a ser exclusivamente considerado como “do Porto” o vinho que, não apenas observa o processo e composição daqueles assim classificados, mas, que, adicional e condicionalmente, somente lá são produzidos. Tal circunstância se manifesta de maneira bastante promissora em termos econômicos, o que se dá, também, com o chamado “Alvarinho”, vinho cuja produção se estende além das bordas fronteiriças, em ambos os territórios, português e espanhol.

Quanto ao terciário mais característico, o comércio, se, de um lado perde de forma localizada na zona de fronteira, ganha em escala com certa estruturação da rede urbana. Já os serviços, antes mais voltados à construção civil, fruto daquele mesmo *boom* urbano, passam a ter mais visibilidade com o turismo, que vem sendo apontado por quase a unanimidade dos *policymakers*, como um segmento extremamente promissor na região. Isto porque, alia alguns fatores: espaços ambientalmente qualificados e protegidos, que experimentam um *continuum* além fronteiras; atrativos proporcionados pelo patrimônio cultural, pela gastronomia; e, mais recentemente, pela “profissionalização” da sua vertente religiosa. Esta, em especial, se encontra cada vez mais difundida pela peregrinação a Santiago de Compostela, pelos mais diversos “Caminhos”, agregando-se ao tradicional

Caminho Francês, mais uma meia dúzia de itinerários, em torno dos quais afloram equipamentos de apoio, como alojamento e alimentação, dentre outros.

Gerry (1998) afirma que, muito embora as poucas iniciativas no âmbito da industrialização, o perfil socioeconômico de Portugal vem se alterando, seja através da redução do isolamento físico, com a ampliação da rede de transporte, seja pela maior urbanização do território. Tais circunstâncias fazem com que haja um maior fluxo de pessoas e bens, entre o litoral, o interior e a Espanha, do que decorre um turismo incipiente que provoca alterações no setor de serviços, segmento acompanhado da alavancagem do serviço público e do ensino superior, que se interioriza. Este último, em especial, vai proporcionar a manutenção de jovens nas pequenas localidades, bem como fomentar o consumo, além de atrair novos moradores para tais locais.

A região escolhida para o estudo de caso, povoações na fronteira do Minho (Portugal) com a Galiza (Espanha), com destaque para Valença (do lado português) e Tui (do lado galego), prende-se ao fato de que, das experiências levadas a efeito ao longo da fronteira entre Portugal e Espanha, esta região é a que tem apresentado os melhores resultados, mais precisamente, em termos de institucionalização da cooperação transfronteiriça, com a criação de uma série de entidades, provavelmente em razão das históricas e milenares relações entre galegos e portugueses, sem falar numa quase identidade cultural, de base mais propriamente linguística.

Dos vários arranjos político-institucionais existentes, passar-se-á a uma breve

análise da estrutura e funcionamento de apenas dois deles, além do EURES-T, cuja atuação nos permite conhecer articulações institucionais para a cooperação transfronteiriça que vão além da mera diplomacia, pautando-se nos princípios do Direito Comunitário, pelas razões já expendidas.

A Associação Eixo Atlântico do Noroeste Peninsular reúne 17 Municípios portugueses e igual número de entes espanhóis, com escritórios a cargo de duas Diretorias, em Vigo (Galícia) e em Porto (norte de Portugal), tendo à frente um Presidente, atualmente espanhol, e um Vice, que assume, sempre, a Presidência no mandato seguinte. O Presidente tem mandato de dois anos, havendo ainda um Secretário Geral e um Gabinete de Imprensa, em Vigo, além de uma Comissão Executiva (composta pelos sete Presidentes de Câmaras que jurisdicionam os Municípios participantes), sendo que a reunião dos 34 Municípios constitui a Assembléia Geral, órgão máximo de deliberação da entidade por eles mantida, com cotas anuais, proporcionais à população de cada um.

Compostos pelos municípios de Ferrol, A Coruña, Santiago de Compostela, Lugo, Monforte de Lemos, Ourense, Vilagarcía de Arousa, Vigo, Viveiro, Carballo, Lalín, O Barco de Valdeorras, Verín, Sarriá, Santa Uxía de Riveira, Carballiño Porto, Vila Nova de Gaia, Braga, Chaves, Bragança, Vila Real, Guimarães, Peso da Régua, Viana do Castelo, Mirandela, Barcelos, Vila Nova de Famalicão, Matosinhos, Vila do Conde, Lamego, Penafiel e Macedo de Cavaleiros, a associação tem natureza de direito privado português, e foi fundada em 1992, tendo como finalidade, “*el desarrollo económico, tecnológico y científico de*

las ciudades y regiones que constituyen el Eixo Atlántico, promoviendo la cohesión económica, social y cultural, mediante la estructuración de un territorio común” (CASTRO, 2008, p. 52).

Dentre os Projetos propostos nos últimos anos, destaca-se, no âmbito do INTERREG III A, o *Desarrollo Estratégico del Sistema Urbano del Eixo Atlántico* (DESURB), com prazo de execução entre 2005 e 2008, participando, também, como sócio do Programa da União Européia, do *Sistema de Información Urbano Transfronteirizo* (SIUTEA).

De acordo com Castro (2008) as suas atuações mais relevantes foram: a criação do SERVIÇO DE ESTUDOS, que permite colocar o *know how* das Universidades participantes a serviço do território; a implantação em rede da Agenda 21, o que possibilitou a definição de um modelo de desenvolvimento sustentável próprio do sistema urbano da eurrégião e o impulso à criação, previsto ainda para 2009, da Agência de Ecologia Urbana do Eixo Atlântico; a elaboração da Agenda Estratégica do Eixo Atlântico, que introduz o planejamento como elemento substancial do desenvolvimento eurorregional, convertendo o Eixo Atlântico na única organização transfronteiriça européia com dois Estudos Estratégicos, um em 1995 e outro em 2005; a atuação do Eixo Atlântico em termos de cultura, que permite compartilhar a programação de eventos, como se se tratasse de uma cidade virtual com 34 bairros, fomentando o “turismo cultural de proximidade”, e que está na origem da Capilaridade Cultural do Eixo Atlântico, que se inicia este ano; e, a elaboração do Mapa de Infraestruturas, origem da atual Estratégia de Transportes,

documento que traça as linhas-mestras dos investimentos em infraestruturas para o desenvolvimento e na qual, pela primeira vez, os prefeitos de 18 cidades, pertencentes a cinco partidos políticos e dois países, aprovaram um documento por unanimidade, no qual reivindicando o de todos, pleiteavam o de cada um.

Já a Comunidade de Trabalho Galícia-Norte de Portugal, que reúne, desde 1991, sem qualquer personalidade jurídica, a Xunta de Galicia, a CCDR-N, Diputaciones de Ourense y Pontevedra, Concellos y Cámaras Municipales fronteiras e a Asociación Eixo Atlántico, tem por finalidade principal, como se pode ver em Castro (2008, p. 72):

Favorecer una dinámica de encuentros regulares entre Galicia y el Norte de Portugal para, primordialmente, tratar asuntos de interés común en el ámbito de la cooperación transfronteriza, formular propuestas de cooperación, preparar estudios, planes, programas y proyectos en los que se concierten actividades conjuntas en el ámbito de la cooperación transfronteriza, etc.

Como atividades mais destacadas da entidade, salientam-se, no âmbito do meio ambiente: a assinatura, em 31 de julho de 1997, de um Acordo de Cooperação entre o Parque Nacional “Peneda Gerês” (Portugal) e o Parque Natural Baixa Limia-Serra do Xurés (Espanha); o fomento de normas e medidas similares ou complementares para a defesa, a promoção e conservação dos dois parques; a promoção de ações-projeto e ações conjuntas de cooperação e intercâmbios entre técnicos, população e estudantes dos dois territórios; promoção do uso público e do turismo ecológico

com uma oferta comum de infraestruturas existentes em ambos os parques, apresentando ao visitante uma visão global do espaço protegido; e, fomento nas áreas declaradas como “protegidas”, de políticas de desenvolvimento social, econômico e cultural que desenvolvam e preservem os respectivos valores patrimoniais.

No aspecto econômico, a constituição, em 10 de maio de 1996, de um Fundo Capital de Risco, de utilização conjunta Galícia-Norte de Portugal, com a finalidade de apoiar projetos empresariais, exclusivamente de pequenas e micro empresas, que cumpram os seguintes requisitos: sejam viáveis, econômica e financeiramente; promovidos por empresas galegas e/ou portuguesas sob uma fórmula de cooperação transfronteiriça ou transregional, enquadrada em alguma das seguintes modalidades: investimento na Galícia promovido por empresários portugueses, investimento no Norte de Portugal de iniciativa de empresários galegos ou projetos conjuntos de promotores da Galícia ou do Norte de Portugal, a se desenvolver nestas áreas geográficas ou em outros territórios, sempre que beneficiem às economias de ambas as regiões.

Quanto à área da Educação, Formação e Emprego, se destacam ações como a Formação Profissional Transfronteiriça para Desempregados de Galicia-R.N. de Portugal (FPTRANS), que tem por objetivo desenvolver um projeto comum de formação profissional transfronteiriça para desempregados acessarem a oferta formativa existente em ambos os lados da fronteira, independentemente do lugar de residência do candidato, com a consequente equivalência dos diplomas, identificando-se

os destinatários através da definição de perfis (desempregados há muito tempo, primeiro emprego, e outros) e incremento da diversidade da oferta formativa.

Ainda, no que tange aos Serviços Sociais, o Programa Reforço à Atenção Sócio-sanitária a Dependentes de Drogas na Zona Fronteiriça (RASDTF), objetiva reforçar a atenção sócio-sanitária aos dependentes de drogas, dada a situação de falta de cobertura na atenção ao coletivo destes na zona geográfica objeto da intervenção, melhorando a cobertura assistencial, a acessibilidade ao tratamento, a qualidade assistencial e a qualidade de vida do coletivo de dependentes de drogas da zona geográfica e seus familiares. Objetiva, também, a construção de um centro de tratamento, incluído nas respectivas redes assistenciais de caráter público, a ser localizado em Chaves.

Por fim, no setor do Turismo e da Cultura, foi elaborado, conjuntamente, um Mapa Turístico da Euroregião Galícia-Norte de Portugal e um “Guia da Raia”, que contempla os recursos turísticos, artesanais e gastronômicos da zona fronteiriça das margens do Rio Minho. Pode-se considerar, ainda, as Atuações Fortalezas Transfronteiriças, 1ª e 2ª Fases, (FORTRANS), com o fim de apoiar intervenções de qualificação dos prédios singulares, de caráter histórico e natureza defensiva, localizados na fronteira, zona de Pontevedra-Minho/Lima, reforçando o papel-líder destes centros, num contexto de desenvolvimento territorial em rede. Na primeira fase, se trata de conhecer, estudar, divulgar e realizar as obras mais urgentes nos monumentos, e na segunda,

se aprofundar em estudos concretos de cada um dos monumentos.

Esta entidade tem uma Presidência rotativa, a cada dois anos, localizada atualmente com Portugal. Tem por órgãos representantes, a Xunta de Galícia e a CCDR-N, estruturando-se em um Conselho composto pela Presidência e Vice (esta com pouco *status*), assessorado por um Grupo de Análise e Reflexão Estratégica e um Observatório Interregional, duas Coordenações Gerais (Galícia e Norte de Portugal). A estas estão subordinadas Comissões Territoriais (CTC do Vale do Tâmega, do Vale do Lima, do Vale do Cávado e do Vale do Minho) e Comissões Setoriais (Meio Ambiente, Ordenação Territorial e Desenvolvimento Rural; Competitividade e Emprego e Cooperação e Integração Socioeconômica e Institucional), além de um Secretariado e um Comitê de Coordenação, sem falar no Eixo Atlântico, que atua como um participante *ad hoc* e da Plenária, que se reúne, em média, uma vez por ano.

Comparando-se o elenco de atividades apresentado pelas próprias instituições como sendo os mais importantes, nos últimos anos, observa-se o quanto aquela de natureza local e com orçamento próprio, Eixo Atlântico, parece ter avançado mais, no sentido de que possibilitou a obtenção de ganhos efetivos em termos de infraestrutura. Em especial, na área do transporte que, traduzido como “acesso”, de regra constitui-se em pré-requisito para o sucesso de qualquer projeto voltado à melhoria da qualidade de vida do elemento humano residente nestas zonas, ditas periféricas. Ou seja, até

que não se tenha estruturado uma rede de atendimento eficiente e equilibrada na região, na área da saúde, da educação, cultura e segurança, por exemplo, o mínimo que se pode prever, como forma de atenuar os desequilíbrios regionais, é oferecendo acesso, no sentido mais literal da palavra, como *in casu*.

No estudo *Complementariedade para competir* (no prelo), de Miguel Pazos Otón, Paula Cristina Remoaldo e Elsa Pacheco, pode-se vislumbrar a elaboração de um mapeamento da rede socioeconômica, estruturado por eixos, conforme se vê do excerto a seguir:

Buscamos polo tanto detectar que infraestruturas, que servizos e/ou equipamentos, poden ser compartidos por dúas (ou máis áreas urbanas), e quais aqueles que podem contribuir para a promoción da visibilidade da Euro-Região na óptica da competitividade à escala internacional. Nesse sentido, do manancial de hipóteses colocadas para a elaboração desta reflexión, seleccionámos três grandes temas que permitem avançar com observações exemplificativas em diferentes escalas (da local à internacional, passando pela regional): **educação, saúde e desenvolvimento; consumo, cultura e lazer; transporte e logística** (grifo nosso).

Ora, considerando-se que o citado trabalho não se encontra concluído, constata-se que, ainda que tenha uma atuação mais objetiva, a entidade, teoricamente privilegiada, do ponto de vista institucional, tem avançado no que tange ao planejamento. Não há, ainda, pelo que se depreende dos documentos analisados e mesmo das entrevistas realizadas, desdobramentos mais ao

nível da prática, em termos de aproveitamento conjunto de ditos equipamentos, como forma de evitar deseconomias em áreas tão vulneráveis e carentes como, de regra, o são as de fronteira.

Em contato com a Dra. Paula Pinto, Chefe Administrativa do Escritório da Associação Eixo Atlântico, na cidade do Porto, parece ter restado claro que o objetivo maior da entidade é a aproximação dos Municípios para uma verdadeira integração, coesão mesmo, como tratam os documentos da União Européia, evitando deseconomias e com foco mais no elemento humano, quanto à sua formação profissional, cultura, lazer e esporte, dentre outros aspectos. Da mesma forma, no sentido da “complementariedade funcional”, em especial, do ponto de vista dos equipamentos urbanos necessários para tanto, pode-se constatar que, dentro da chamada Política de Coesão da UE, dividida em Convergência, Competitividade e Cooperação Territorial, este último eixo tem encontrado terreno fértil nas iniciativas de responsabilidade de instituições como esta. Não se deve estranhar o número de projetos e os respectivos valores destinados à região, quando de convocatórias por parte dos Fundos europeus, ainda que estes venham minguando, especialmente, em razão do alargamento do bloco.

Já no caso da Comunidade de Trabalho, dada a sua informalidade, observa-se um rol de iniciativas ainda muito baseado no consenso acerca de temas, como é o caso do meio ambiente.

Tal aspecto, porém, poderá vir a se alterar de forma considerável, dado que, desde 2007, através do Decreto 376/2007, foi internalizada na legislação portuguesa, a possibilidade de cooperação

internacional através do chamado Agrupamento Europeu de Cooperação Territorial. Tem como base o Regulamento 1082/2006, do Parlamento Europeu, para o que já se encontra institucionalizado o Agrupamento Europeu de Cooperação Territorial Galícia-Norte de Portugal, que será o “braço operacional” daquela Comunidade de Trabalho.

Esta novidade somente permitirá uma avaliação acerca de sua eficácia depois de decorridos alguns anos, mas de antemão, cumpre ressaltar que não parece que contribui para a solução dos entraves à cooperação transfronteiriça abordados. A manutenção das duas estruturas, em paralelo, ainda que bem definidas em suas competências, ou seja, uma mais no âmbito do planejamento, a Comunidade de Trabalho, e outra no nível mais operacional, o Agrupamento Europeu, pois, que uma das maiores críticas que se tem feito, conforme entrevista com a Dra. Gisela Ferreira, técnica daquela, é justamente o excesso de burocracia que, agravado pelas diferentes formas de Estado (Regiões Autônomas na Espanha e Estado Unitário, ainda que desconcentrado, em Portugal), pode acabar por retardar ainda mais a execução dos projetos a partir das candidaturas abertas pelos Fundos europeus. Isso, sem falar na análise das propostas, o que já tem determinado a prorrogação de muitos deles, como é o caso do INTERREG III, cuja data final era 2006, e em agosto de 2009 ainda não havia sido concluído.

Por fim, o advento de instituições como o EURES parece confirmar que dificuldades, em termos de cooperação, bem maiores do que estas, podem ser superadas, ainda que num campo bastante sensível. É o caso do “mercado de trabalho”, dado

que à livre circulação de bens e capitais, seguir-se-ia, então, a da “mão-de-obra” que, por ter regras menos protetivas em alguns Estados, já causou o deslocamento da produção para países periféricos, e agora desloca os próprios trabalhadores, nas economias centrais, em razão do custo direto (salário), muito mais do que em função de uma possível especialização.

Ainda assim é um começo, como se pode ver com Ribeiro e Cruz (1997), para quem a realidade começa a “atropelar” as instituições, traduzida aquela não só pelos intercâmbios sócio-culturais como pelo aumento exponencial das iniciativas de cooperação no âmbito econômico-empresarial, e estas pelas Comunidades de Trabalho (como a de Galiza/Norte de Portugal), a Associação Eixo Atlântico e a Associação Luso-Galaica de Comerciantes, dentre tantas outras.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Sobre tais experiências Ferraz (2000) teceu as considerações finais sintetizadas em 15 conclusões, que fornecem um bom panorama da economia como um todo na região, das quais, apenas duas não se aplicariam ao processo em curso nos aglomerados transfronteiriços entre o Uruguai e o Brasil, já que à intensidade do avanço representado pela constituição da UE se opõe a grandeza do problema enfrentado pelo MERCOSUL.

Tais apontamentos consideram: a existência histórica de fortes laços de integração e interpenetração; as diferenças em termos de padrões de

especialização econômica e processos políticos distintos geraram desenvolvimentos econômicos divergentes; apenas a adesão ao MERCOSUL fez com que se criassem condições de cooperação e integração regional; tem-se assistido, na última década a um incremento das trocas intra-regionais, bem como, ao desenvolvimento de estruturas de apoio à cooperação e integração; esta noção de integração é flagrante no discurso político e empresarial, ao abordarem a projeção de cenários para a região; o perfil da atividade econômica nas duas regiões apresenta certa complementaridade, com o norte do Uruguai, mais desenvolvido, e o sul do Brasil, mais atrasado; tal complementaridade é comprometida com os níveis salariais mais baixos no Brasil.

De acordo com Ferraz (2000), então:

1. A Galiza e o Norte de Portugal constituem uma região que historicamente possui fortes laços de integração e interpenetração.

2. No entanto os padrões de especialização das economias e processos políticos divergentes em Portugal e em Espanha conduziram a que durante o período do pós-guerra, as economias das duas regiões se desenvolvessem de forma acentuadamente divergentes.

3. Apenas a integração simultânea na CEE voltou a criar condições para que a cooperação e integração regional pudesse retornar à sua tendência histórica.

4. Assim, na última década, tem-se assistido a um rápido crescimento das trocas intra-regionais e ao desenvolvimento de estruturas de apoio

à cooperação e integração a nível regional.

5. Este sentido de integração é evidente na apreciação que é efectuada por políticos, empresários, sindicatos e técnicos, quando confrontados com a questão do estabelecimento de cenários prospectivos para a região.

6. O perfil da actividade económica nas duas regiões apresenta o que, numa primeira leitura, se poderia considerar como uma complementariedade. A Galiza possui um peso significativo das actividades primárias e a Região Norte de Portugal possui um peso mais relevante das actividades industriais. Acresce que o desemprego é mais elevado na Galiza e a taxa de actividade significativamente mais baixa.

7. Este cenário promissor de complementariedade é, no entanto, comprometido pela inversão dos níveis salariais, possuindo a Galiza valores substancialmente mais elevados que os verificados na Região Norte.

8. O facto da Galiza possuir o nível de remuneração mais elevado da Euroregião, faz com que as tensões migratórias se dirijam para o seu tecido económico, com um padrão de especialização mais primário e onde existe o maior nível de desemprego. Este facto constituirá, porventura, o mais importante bloqueio à movimentação transfronteiriça de trabalhadores.

9. Do ponto de vista institucional e regulamentar, não existem diferenças significativas nos ordenamentos jurídicos das duas regiões que possam contribuir decisivamente para a criação de bloqueios institucionais. No entanto, a figura do trabalhador transfronteiriço não é considerada como merecendo um tratamento

autônomo. Quer os regulamentos dos Serviços Públicos de Emprego quer a Segurança Social nas duas regiões utilizam como critério a residência do utente. Isto é suficiente para impedir que um cidadão transfronteiriço possa utilizar os serviços de emprego de outra região que não os da sua residência, o que é claramente um limite à mobilidade.

10. A falta de informação sobre oportunidades de emprego e condições de vida e trabalho reflecte-se na forma como se processa a mobilidade transfronteiriça, fazendo com que a generalidade dos fluxos assumam um carácter acentuadamente informal e mesmo à margem das normas de trabalho nas duas regiões.

11. Existe, do ponto de vista dos parceiros sociais, uma manifesta vontade e mesmo algum empenhamento no desenvolvimento de estruturas de enquadramento de um mercado transfronteiriço de trabalho que se prevê venha a ganhar importância.

12. O processo de integração e cooperação transfronteiriça é definido essencialmente como um processo de elevado potencial que se encontra numa fase inicial e, embora apresente uma elevada dinâmica, se encontra muito longe de revelar todas as suas virtualidades.

13. Estas virtualidades e dinâmicas serão potenciadas pelo processo de regionalização em Portugal e pelo processo de aprofundamento das autonomias em Espanha.

14. Este mercado de trabalho transfronteiriço desenvolve-se ao longo de dois eixos principais: o eixo Valença/Tui, que se prolonga até Viana do Castelo e Vigo e o eixo Chaves/Verin com menor profundidade de penetração territorial.

15. Embora os movimentos transfronteiriços possuam uma irregularidade e sazonalidade reconhecidas pela quase totalidade dos observadores privilegiados, poder-se-á estabelecer uma matriz de fluxos de acordo com o seguinte quadro.

Em termos de cooperação transfronteiriça, isso se constata quando se vê que na Europa não existe nada parecido aos aglomerados urbanos formados por cidades gêmeas, como Sant’Ana do Livramento/Rivera, em especial, do ponto de vista das dimensões físicas e populacionais. Isto faz com que os ultrapassados mecanismos de controle, tais como os meios diplomáticos, necessários à prevenção e/ou solução dos conflitos de uso do solo, por exemplo, induzam a uma vulnerabilidade tal, que somente a adoção de instrumentos do tipo Agrupamentos de Cooperação Territorial podem superar.

Do ponto de vista político, constata-se que a institucionalidade propiciada pela UE, na verdade, em matérias mais sensíveis como são aquelas atinentes às fronteiras, só deslocam para fóruns mais distantes as decisões para os problemas ali presenciados, sendo mesmo necessária a adoção da chamada Cooperação sem Estado, experiência que já vem sendo empreendida na fronteira Brasil/Uruguai.

Quanto à questão econômica, também aqui na fronteira sul-americana, os circuitos superior e inferior da economia urbana poderão “complementar para competir”, em especial, a partir da Nova Agenda de Cooperação e Desenvolvimento Fronteiriço Brasil-Uruguai.

Por fim, no que tange aos aspectos de apropriação do espaço transfronteiriço, de parte a parte, o Acordo para Permissão

de Residência, Estudo e Trabalho a Nacionais Fronteiriços Brasileiros e Uruguaios, que encontra similar nas atividades da Comunidade de Trabalho, por exemplo, poderá desta experiência se valer em seus desdobramentos, cumprindo agora analisar em que medida as iniciativas européias encontram eco nas ações adotadas pelo Brasil e pelo Uruguai, em conjunto e isoladamente, com vistas à consolidação do processo de integração denominado MERCOSUL.

REFERÊNCIAS

ALEXANDRE NETO, Paulo. **Integração Espacial**: Economias de Rede e Inovação. Lisboa: Instituto Piaget, 1999.

BRASIL: Acordo para Permissão de Residência, Estudo e Trabalho a Nacionais Fronteiriços Brasileiros e Uruguaios.

BRASIL: Nova Agenda de Cooperação e Desenvolvimento Fronteiriço Brasil-Uruguai.

BRASIL: Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira brasileiro (PDF).

CASTRO, Luis Dominguez. **A Cooperação Transfronteiriça entre Portugal e Espanha**. Vigo: Eixo Atlântico do Noroeste Peninsular/ Instituto Financeiro de Desenvolvimento Regional, 2008. (Coleção Biblioteca dos estudos Estratégicos).

CAVACO, Carmina. Fronteira Portugal-Espanha e individualidade territorial. **Revista Finisterra**, v. 32, n. 63, 1997.

FERRAZ, António Mendes da Silva. **Área monetária óptima e política monetária na zona Euro**: duas questões em debate. <http://hdl.handle.net/1822/1447>. Braga: 2000.

GERRY, Chris. Ensino, empresas e território. In: IV ENCONTRO NACIONAL DA APDR, 1998, Lisboa. Anais... Lisboa: APDR, 1998.

IRUROZQUI, Manuel Fuentes. **El Bloque Iberoamericano**: Punto de vista de un español. Madrid: Cultura Hispanica, 1953.

LOPES, Ermelinda. **Cooperação e Desenvolvimento das Regiões Fronteiriças na Comunidade Europeia**: Estudo do Caso Minho-Galiza. 1993. Dissertação (Programa de Mestrado em Estudos Europeus, Mestrado) – Universidade do Minho, 1993.

LOURENÇO, António Joaquim Pires. **A Cooperação Transfronteiriça Luso- Espanhola**: o Caso Particular entre o Concelho do Sabugal e a Comarca de Ciudad Rodrigo, in Beira Interior como Região de Fronteira. Covilhã: UBI, 1998.

PORTUGAL: Decreto 376/2007.

REIGADO, Felisberto Marques. Desenvolvimento regional transfronteiriço. In: COSTA, José Silva (Coord.). **Compêndio de Economia Regional**. Coimbra: APDR, 2002.

RIBEIRO, J. Cadima; CRUZ, Francisco Carballo. Cooperação Transfronteiriça para o Desenvolvimento: O Caso do Minho/Galiza. *ECO Série Documentos de Trabalho DT*, n. 2, 1997.

SANTOS, Milton. **O espaço dividido**. São Paulo: EDUSP, 2004.

UNIÃO EUROPEIA: EURES.

UNIÃO EUROPEIA: INTERREG III.

UNIÃO EUROPEIA: Regulamento 1082/2006, do Parlamento Europeu.